

Do olhar fenomenológico da comunicação à telerrealidade da violência

Vilso Junior Santi¹

Resumo: O texto parte da revisão bibliográfica da produção em português de Philippe Joron e ambiciona sistematizar as principais ideias do autor acerca das contribuições fenomenológicas aos estudos de comunicação. Tais contribuições gravitam, principalmente, na órbita do conceito de telerrealidade – desenvolvido pelo pesquisador (2004) para o estudo da “invasão” da violência nos meios e nos produtos comunicacionais brasileiros, em especial na televisão. “Tendência” esta que se faz sentir progressivamente nas produções midiáticas globais (inclusive francesas).

Palavras-chave: fenomenologia; comunicação; telerrealidade

Abstract: The text part of the bibliographic review of the production of Philippe Joron in Portuguese, and aims to systemizing of his main ideas about on the phenomenological contributions to the communication studies. Such contributions gravitate mainly in the “tele-reality” concept orbit – developed by Joron (2004) to the study of the “invasion” of violence into the Brazilian communication media and products, in special the television. “Tendency” which is increasingly felt in the mediatic global productions (including the French ones).

Keywords: phenomenology; communication; tele-reality

Os esforços sintéticos e ordenadores que propomos nesse trabalho visavam inicialmente atender a uma necessidade eminentemente pessoal – precisávamos organizar as ideias básicas relacionadas à fenomenologia em seu encontro com a comunicação, a fim de melhor compreender os termos da telerrealidade evidenciada por Joron (2004). Com o ensaio, no entanto, procuramos “socializar” os resultados dessa garimpagem especulativa por julgá-los, no mínimo, interessantes.

No presente exame não realizamos, portanto, grandes elaborações originais – essas talvez só sejam possíveis agora, depois desse empreendimento

¹ Doutorando em Comunicação (PUCRS).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4681451997803704>

revisional. No entanto, não podemos deixar de admitir de imediato o potencial catalisador da fenomenologia, quando incorporada aos estudos de comunicação; nem a pertinência do “espraiamento” do conceito de telerrealidade para outros campos do fazer comunicativo.

Creemos, dessa forma, que podemos sim falar de antemão em telerrealidade na imprensa escrita; em telerrealidade no rádio; em telerrealidade na internet etc., basicamente porque, em nosso entendimento, telerrealidade não exprime nada diferente da incorporação do cotidiano (de violência, no caso brasileiro) e das pessoas do cotidiano, no cotidiano do fazer comunicacional. Essa é a tese que procuramos aqui elucidar a partir dos ensinamentos de Philippe Joron.

Da fenomenologia na comunicação

Segundo Joron (2004), por se tratar de uma forma específica de comunicação televisual envolvendo “agentes” de produção, divulgação e recepção de fatos, a televiolência brasileira abre um espaço de reflexão significativo sobre o aparato fenomenológico do conhecimento comum. Com efeito, o problema da divulgação da violência nos meios televisuais de comunicação envolve, para o autor, algumas das dimensões próprias do que se poderia chamar de “hermenêutica do vivido”, ou seja, a interpretação da carga simbólica contida em toda experiência – como é particularmente o caso da violência enquanto experiência extrema.

Para o autor o tratamento fenomenológico dado ao estudo da televiolência, em termos de metodologia aplicada às ciências humanas (de modo geral) e às ciências da comunicação (em particular), tem assim de ser distinguido da dimensão fenomenológica específica do tratamento telejornalístico da violência.

Nas suas fundamentações filosóficas, a fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938) constituiu-se em função de um questionamento relacionado à natureza da cientificidade. Sua pergunta geradora mais importante foi basicamente: como uma verdade pode ser apreendida por uma

subjetividade? E um dos seus principais objetivos foi mostrar e/ou resgatar o papel da subjetividade dentro de toda intenção científica.

Para Husserl, a fenomenologia pode ser tanto uma ciência específica e/ou o método próprio da filosofia (uma metaciência, portanto). Nela se pode examinar então a distinção entre sujeito e objeto científico questionando-se, por exemplo, a partir de que momento uma observação pode ser reveladora de uma verdade científica. Para Husserl, conforme os preceitos da fenomenologia, é na relação entre verdade e realidade que se situa o “paradigma científico”.

Nesses termos, a fenomenologia busca destronar os dualismos tradicionais das ciências sociológicas, a fim de melhor entender a socialização e a transmissão de conhecimento. Isso permite questionar, desde nossas culturas, os nossos modos de apreensão, até a própria forma de abordagem da existência e do mundo. Questionar, porém, como nos lembram Joron & Laurens (2009), não significa rejeitar, mas colocar algo entre parênteses (desfilosofizar) na busca da “inocência perdida”.

Husserl, na aplicação metodológica da fenomenologia, propõe então suspender todas as noções prévias utilizadas para encarar os fenômenos – dar um tempo a elas. Sua fenomenologia pressupõe entrar em contato direto com os acontecimentos sem passar pelas noções e pelos conceitos. Também mapear a essência dos fatos sem passar pelo filtro da cultura e sem que a linguagem parasite o contato com a essência dos fenômenos. Ela postula, portanto, impor um novo método a todas as ciências.

Conforme Joron & Laurens (2009), a fenomenologia, que tem como foco de análise tanto os fenômenos de consciência quanto os fatos da experiência, nas ciências sociais e humanas, mantém três projetos: 1) “neutralizar” a divisão entre espírito/corpo, pensamento/objeto, sujeito/objeto etc.; 2) edificar as ciências sociais e humanas (dentro das quais a fenomenologia é tomada como a metaciência das ciências empíricas) sobre a possibilidade de intuição das essências e como um fato de experiência radical onde qualquer atividade de consciência pode ser vista com as lentes do empirismo – já que “o pensamento também é experiência”; 3) construir uma fenomenologia “típica” das ciências

sociais, ou seja, formatar o estudo dos processos pelos quais se vai das tipificações mundanas (construções de primeira ordem) às tipificações científicas (construções de segunda ordem).

Nesse empreendimento os métodos básicos de trabalho seriam: a suspensão – colocar entre parênteses as aquisições culturais; a negação da historicidade; a aproximação com a essência dos fenômenos pela intuição; e a busca do saber radical (do saber absoluto) para além do saber convencional e científico.

Outros cientistas da tradição alemã da filosofia social, além de Husserl, complementaram essa linha de raciocínio demonstrando a especificidade intrinsecamente humana dos “objetos” próprios às ciências humanas e, também, a necessidade de adequação do pensamento daquele que tenta desvendar a complexidade dos fenômenos sociais. Nessa linha, Joron (2004) aponta como de alto bordo os trabalhos de pensadores como Wilhelm Dilthey, Max Weber, Georg Simmel etc.

Tais contribuições permitiram o desenvolvimento de novas abordagens da matéria-prima social dentro do paradigma compreensivo da sociologia. Nesse lugar a fenomenologia pode ser definida tanto como um sistema de pensamento (fenomenologia pura) que se esforçaria em buscar o último princípio de toda realidade; quanto um método que tentaria apreender as essências, a natureza dos fatos empíricos, por meio da descrição e não apenas dos procedimentos explicativos.

Contudo é preciso lembrar que na França, segundo Joron (2004), a fenomenologia social só foi introduzida em 1935 depois da publicação das considerações de Raymond Aron acerca da sociologia alemã. A partir daí ela foi incorporada ao projeto intelectual de vários estudiosos, de diversas áreas do conhecimento – por exemplo: Roger Caillois, Jules Monnerot, Gaston Bachelard etc. Tais pensadores passaram então a adaptar sua postura sociológica, adotando uma posição mais compreensiva na apreensão das “entranhas” do fenômeno social, da sua “essência pura”, da sua “totalidade” e do seu “dinamismo imediato”.

Nesse rastro é Gaston Bachelard, por exemplo, quem vai se ocupar da crítica ao racionalismo propondo as ideias de “desfilosofização/desmaturation” do pensamento. Para o autor, em certos momentos, o cientista tem de se tornar mais “inocente” para desenvolver melhor certas etapas de uma pesquisa – “colocar entre aspas todas as suas concepções sobre os objetos que estuda”. Em resumo: entrar em “sintonia” com o objeto (fenomenologia); com a “essência do fenômeno”.

Diz Joron (2004) que essa nova amplitude dada à sociologia, formulada na tentativa de discutir os princípios fundadores do método sociológico de Emile Durkheim, assumiu um posicionamento contrário ao dos argumentos científicos contidos no preceito durkheimiano. Nela os fatos sociais não podem mais ser tratados como “coisas” na medida em que os indivíduos (historicamente datados e situados), ao mesmo tempo em que são determinados pelas estruturas sociais, são produtores de vontades e liberdades das mais diversas.

Para Joron tal perspectiva, de um ponto de vista metodológico, “desmancha” a pretensão durkheimiana em relação à suposta objetividade do sociólogo diante dos fatos que ele pretende circunscrever e explicar. Esse modo de pensar, “de praticar a sociologia pelas margens”, encontrou terrenos férteis para seu desenvolvimento principalmente na voz dos integrantes do Colégio de Sociologia Sagrada na França, entre 1937 e 1939 – em especial em Georges Bataille e sua perspectiva transgressiva.

Bataille desenvolveu a noção de “heterologia” para falar de uma “ciência dos fenômenos heterogêneos” e/ou dos corpos estranhos (também uma metaciência). Na “heterologia” de Georges Bataille é a relação entre homogeneidade x heterogeneidade que move o fazer científico. Para ele a modernidade, por exemplo, opõe-se ao mundo que é rejeitado; a burguesia, àquilo que é deixado de lado; o projeto, ao imaginário; o mundo da rejeição, à poesia. Segundo Bataille, e conforme os preceitos do seu “saber radical”, a consciência não pode mais ser “consciência dos objetos” (consciência de alguma

coisa) já que esta é uma “consciência alienada”. No saber radical, o objeto se torna sujeito e o sujeito objeto em total sintonia.

Nesses termos, a fenomenologia sociológica acaba reintroduzindo o humano e a vivência humana dentro dos objetos sociológicos. Passa, outra vez, a prestar atenção no cotidiano e a tomar a natureza do objeto em igualdade de condição com a natureza do sujeito.

As problemáticas científicas que daí emergem estão, portanto, relacionadas à reelaboração da relação entre o pensamento e o objeto, à reintrodução da questão da subjetividade do observado e também à retomada da noção de intencionalidade nas pesquisas. Assim, segundo Joron & Laurens (2009), passa a ser essencial descrever nos estudos como os atores sociais tomam conhecimento da vida, bem como dedicar especial interesse aos procedimentos de conhecimento elaborados pelos indivíduos.

Outra problemática que deriva dessa discussão é a questão da “correlação”. Ela parte da sociologia sagrada e considera que os fatos sociais não são coisas – porque o fato social está também “dentro” do observado. Nessa linha de pensamento a sociedade não existe, o que há são “relações interindividuais”. A sociedade, portanto, só começa com a alteridade, na relação com o outro e com a “alteração” que isso provoca.

Nesse sentido, os fatos sociais são “vitais”, cheios de experiências que chamam a atenção do observador. Segundo esta fenomenologia não existe realidade absoluta: só existe realidade por “dotação de sentido” – uma realidade que se constitui dentro da consciência.

Essa ideia tem, por exemplo, repercussões diretas sobre o conceito de objetividade (tão caro a ciência positiva). “Objetividade”, a partir de então, nada mais pode ser do que a representação, a “soma de convenções com a finalidade de uma ação (realização)”. E a “realização” não é nada além do que a melhor solução possível para modificar os fenômenos. A objetividade científica está, portanto, subordinada a um “projeto político”.

Fica evidente, então, que a fenomenologia social, fundamentada por questões filosóficas (a apreensão da verdade e da realidade) e sustentada por

aparelhagens epistemológicas (a arquitetura da racionalidade dentro do pensamento científico), se expressa de diversas maneiras sem constituir um modelo único de reconstrução dos fenômenos sociais. Mesmo assim, segundo Joron (2004), é possível delimitar alguns traços característicos comuns que interessam, por exemplo, no desvendamento de acontecimentos como a televiolência enquanto fenômeno comunicacional contemporâneo.

Esses traços podem ser agrupados, na perspectiva fenomenológica, no entorno de três considerações típicas: “axiológicas”, “gnoseológicas” e “empatológicas”. Tais “dimensões”, conforme Joron, estão relacionadas entre si e constituem as principais portas de entrada da fenomenologia na comunicação.

A “dimensão axiológica” configura uma abordagem crítica da noção de valor, considerando a ideologia do racionalismo moderno como o epicentro de um conjunto de valores morais que submetem o ideal de realização da humanidade aos progressos da ciência que, por sua vez, determina os objetos, os métodos e as áreas de pesquisa a serem privilegiados.

Assim, de um ponto de vista axiológico, a capa teatral do jornalismo policial, por exemplo, trataria de dividir o mundo em duas partes incompatíveis entre elas, cada uma com o seu próprio sistema de valores, sem que qualquer forma de relatividade pudesse ser levada em consideração: o bem e o mal têm papéis, lugares e protagonistas bem definidos. É nesse sentido que, conforme Philippe Joron (2004), podemos falar de uma espécie de “evangelização”; de uma “moralização” que permitiria adequar o paraíso civilizacional ao paraíso das origens, saindo assim do purgatório contemporâneo que tem valor de prova.

A “dimensão gnoseológica”, por sua vez, explora as várias facetas do conhecimento que, sem exclusividade, participam da produção do sentido social – em termos de relações, obras, culturas, utopias, história, destino etc. Segundo seus pressupostos, a forma jornalismo policial se utiliza “apenas” de uma linguagem comum (no sentido nobre da palavra), isto é, partilhado por todos, cuja falta de complacência (notável no uso desbocado da vulgaridade) destina-se paradoxalmente a agradar à maioria. Trata-se aí de dar informações sobre os

diversos perfis da violência, de vigiar numa perspectiva panótica, de posicionar o jornalismo como uma forma de telealarme acessível a todos.

Já a “dimensão empatólica” se interessa pelos procedimentos de identificação, de alteração e de substituição, geralmente parciais e momentâneos, contidos no ato de compreensão (abraçar) das experiências dos outros. Nesses termos o jornalismo policial vai trabalhar o potencial identificatório das imagens assim como os sentimentos de atração-repulsão que a violência mostrada aciona nos agentes receptores. Assim, o processo de identificação do público é otimizado por um trabalho de investigação ao vivo, graças ao tremor da câmera e da voz que acompanha o desenvolvimento dos fatos. Isso desperta o interesse pela busca, como se cada um participasse realmente dela.

Como já foi dito, conforme Joron (2004), essas três dimensões se autoalimentam entre elas sem que haja, portanto, uma total autonomia de cada uma. Além disso, elas são perspectivas “ideal-típicas” que apenas expressam certas tendências nas quais não se encaixa sistematicamente a plurirrealidade dos fatos ocorridos. No entanto, como bem mostrou Max Weber, a ideal-tipificação é um processo necessário, útil e fecundo que organiza as tentativas de compreensão em torno de uma realidade polimorfa e heterogênea.

Da telerrealidade da violência

A fim de operacionalizar a aproximação teórico-metodológica entre os preceitos da fenomenologia e os paradigmas da comunicação, Joron & Laurens (2009) desenvolvem o conceito de “telerrealidade”. Segundo os autores, em primeiro lugar telerrealidade não significa manipulação, o que diz respeito a outro debate. Nela o importante é perceber como se configuram as produções, como se fazem as transmissões e como se dão as alterações nos formatos televisuais até o encontro com seus receptores.

Conforme os autores, falar de telerrealidade é então falar da inclusão do homem e do seu cotidiano num formato televisual com a finalidade de construir

um fenômeno, ou seja, a própria telerrealidade. Essa discussão, portanto, não pode ser separada do construtivismo.

O paradigma construtivista, para Joron & Laurens (2009), diz respeito a um conjunto de teorias utilizadas na apreensão da realidade social que se preocupa com os processos, com as mudanças e com a construção dessa realidade. Seus centros de interesse são o conhecimento, a realidade e o próprio conhecimento da realidade social.

O construtivismo, alimentado por outros modelos de análise e/ou campos de interpretação, opõe-se a concepções dualistas e a sua filosofia. Opõe-se a todas as teorias que analisam a realidade social a partir de oposições e, em última análise, trata-se de uma tentativa de ultrapassagem de dicotomias explicativas como, por exemplo, do materialismo/idealismo; natureza/cultura etc.

Nos estudos de comunicação, portanto, é a “alterologia”, que tem como princípio a ideia de penetrabilidade também advinda do construtivismo, a porta de entrada da fenomenologia. Esta empresta as bases à telerrealidade.

Conforme seus pressupostos, a incorporação do cotidiano e da violência na mídia só se dá por um processo copulatório de “comunicação”, de junção, de comunhão. Telerrealidade, nesse sentido, implica em copulação, em entrar em contato, em gozar o que se assiste. Um gozo que advém, no caso da televiolência, da fascinação pelas feridas.

A telerrealidade, segundo Joron & Laurens (2009), coloca dentro de um formato televisual o cotidiano e mais, o pessoal do cotidiano. Ela diz respeito, portanto, à inclusão do habitual e de certo tipo de “humanidade” no formato televisual e está fortemente ligada a uma relação dialógica entre o excepcional e a vida cotidiana. Nesses termos, parece claro que a telerrealidade não se encontra apenas em programas de telerrealidade, encontra-se também em produtos midiáticos que exploram, por exemplo, o lado “humano” de um evento.

Joron & Laurens (2009) falam ainda da guerra das imagens na telerrealidade, onde o humano se transforma em “carne catódica”, em carne de

pixels – a matéria-prima para a guerra de imagens. Segundo eles, nessa guerra, mostrar sempre o extraordinário é a regra. Não só a relação entre extraordinário e cotidiano, mas mostrar como é o cotidiano dentro do extraordinário. O objetivo, então, é gerar identificação e empatia, já que, como aponta Bourdieu, a televisão nada mais é do que o “espelho de narciso”.

Nesses tempos, portanto, a violência e/ou a televiolência não pode ser mais distinguida entre real ou ficcional. A telerrealidade da violência nada mais é do que um formato televisual no qual se mostra a violência real; onde se fala menos dos conteúdos e mais de quem representa esses conteúdos.

Falar em televiolência e/ou em telerrealidade da violência, conforme Joron (2004), implica, então, admitir a predominância na matriz comunicacional de um modelo massivo de difusão que, no caso brasileiro, ainda tem a televisão como centro. Nesses termos parece-nos evidente que, por exemplo, para tratarmos da telerrealidade na internet ou para a internet, precisamos adaptar o conceito original, pois, como postulam alguns, na rede se muda o protocolo fundante da prática comunicativa.

Isso, porém, não desqualifica o fenômeno como descrito pelo autor, nem o qualifica como um acontecimento menos recente. Apesar de já em tempos remotos existirem formas de divulgação da violência, para Joron (2004) é só a televisão quem vai propiciar o acesso de um largo público aos acontecimentos contundentes da vida cotidiana, dentre os quais se destacam os diferentes tipos de violência.

Na paisagem audiovisual brasileira isso é sintomático principalmente a partir da década de 1990 com o estabelecimento na grade de programação de diversas emissoras de inúmeras formas de jornais policiais, de programas de entretenimento e/ou de informação que se utilizaram do registro da violência como estratégia comunicativa.

Segundo o autor (2004), essa inflação televisual da violência e seu uso exponencial como objeto de arrecadação de audiência, é a expressão visível de certa concepção normativa – de um fato patológico nos novos tempos. Trata-se, portanto, de uma forma de representação violenta, discursivamente modalizada,

que é manejada tanto pelo jornalismo (que tende a visibilizar publicamente a agressão recorrente na vida cotidiana), quanto pela indústria do entretenimento (especialmente em filmes e programas de televisão) com a finalidade de conquistar maior audiência.

Assim, conforme Joron (2004), não existe na mídia uma forma de televiolência propriamente dita, mas diversas modulações entre as quais o tipo da violência apresentada diverge do tipo da violência representada.

Nesses termos, televiolência e telerrealidade da violência não têm o mesmo significado por se expressarem de formas distintas em campos de atuação hierarquizados. A primeira (televiolência) se apresenta como forma geral da violência midiaticizada ou comunicada; enquanto a segunda (telerrealidade da violência) se define como um tipo específico que pretende se adequar “à vida como ela é”. Essa partilha o espaço televisual da violência cotidiana com algumas obras ficcionais ou simulativas numa verdadeira telerreconstituição da violência.

Porém, como nos ensina o autor, realidade (violência apresentada) e imaginário (violência representada) não têm territórios delimitados. Suas fronteiras flutuam, se cruzam e até se apagam em função das circunstâncias.

Mesmo assim, a análise da problematização da violência pela mídia enquanto fenômeno contemporâneo não deve descartar a distinção tipológica entre violência apresentada e violência representada. Para atingi-la, porém, uma outra diferenciação deve ser feita entre violência noticiada e violência reconstituída. A primeira (violência noticiada) é aquela que se apresenta nos programas de jornalismo policial que tratam de mostrar, comentar e apurar os crimes ou atos delituosos que acabaram de acontecer; já a segunda (violência reconstituída) se utiliza da simulação dos fatos na tentativa de reconstituir o crime e o seu contexto de atuação.

Do mesmo modo, segundo Joron (2004) é preciso diferenciar a violência em ato da violência imaginada, ou seja: de um lado há uma apresentação da violência dentro da sua execução sequencial, como por exemplo, numa perseguição policial ao vivo ou ainda um assassinato gravado por um

cinigrafista amador; do outro há uma apresentação da violência dentro das suas consequências ou das suas evidências no lugar de ocorrência, como aponta modelarmente um corpo baleado ou um carro arrombado.

Nesses termos, mesmo a violência sendo plural nas suas atuações, nos seus modos operatórios, nas suas experiências e na sua produção de dor, ela recebe igual tratamento de parte da mídia que modela diversas formas de apresentação do seu conteúdo.

Porém, violência apresentada e violência representada somente vão se definir uma em função da outra tanto no nível da intenção, quanto do postulado jornalístico que está por traz – não apenas no plano das técnicas de visualização que estão em operação. Nesses termos, apresentar significa apelar às emoções básicas do destinatário, projetar no olhar do outro uma matéria-prima bruta; e representar é deixar ver num certo sentido, propor uma construção, uma linha de pensamento ou de sentimento determinada.

Das considerações finais

Em nosso entendimento a aproximação copulatória entre a fenomenologia e a comunicação, conforme os postulados de Philippe Joron, gera como fruto principal o conceito de telerrealidade. Telerrealidade que na comunicação, em especial na televisão brasileira, manifesta-se flagrante e inequivocadamente nas telenovelas, nos telejornais policiais etc., os quais podem ser tomados como laboratórios vívidos para novos formatos comunicacionais. A partir dessas considerações parece imprescindível continuar a tentar perceber como se configuram então as produções, como se fazem as transmissões e como elas influenciam na alteração dos demais formatos comunicacionais nos tempos da telerrealidade da violência.

Telerrealidade, nesses termos, representa a inclusão do homem ordinário, através da violência, num formato televisual com a finalidade de construir um fenômeno, ou seja, a própria telerrealidade. Nela a incorporação do cotidiano e da violência na mídia se dá por um processo também copulatório de comunicação.

Telerrealidade, assim, implica em copulação; em entrar em contato; em gozar o que se assiste. Um gozo que, como já visto, advém da fascinação pelas feridas.

A telerrealidade, além de um conceito, pode ser assumida como expressão característica de um modo de fazer da mídia brasileira. Um modo de fazer que passa, na lógica global, a ser uma tendência (um produto tupiniquim de exportação) potencialmente capaz de recobrir as diversas esferas da produção midiática (do impresso à web, da telenovela ao telejornal); bem como, os diferentes territórios onde essa produção possa acontecer.

Ratificamos, assim, o potencial catalisador da fenomenologia, quando incorporada aos estudos de comunicação através do conceito de telerrealidade. cremos, dessa forma, que podemos sim falar em telerrealidade na imprensa escrita; em telerrealidade no rádio; em telerrealidade na internet etc. (em telerrealidade da/na comunicação) basicamente porque, como dissemos, em nosso entendimento telerrealidade não exprime nada além do que a incorporação do cotidiano (de violência, no caso brasileiro) e das pessoas do cotidiano, no cotidiano do fazer comunicacional.

Referências

- JORON, Philippe. *Fenomenologia da televiolência*. Revista Famecos, vol. 1, nº 25, Porto Alegre: Edipucrs, 2004, p. 49-59.
- JORON, Philippe. *A parte maldita e o lado escuro da TV brasileira*. Revista Famecos, vol. 1, nº 26, Porto Alegre: Edipucrs, 2005, p. 07-15.
- JORON, Philippe. *A comunicação sacrificial*. Revista Famecos, vol. 1, nº 29, Porto Alegre: Edipucrs, 2006a, p. 122-134.
- JORON, Philippe. *Heterologia e alteridade social ou a comunicação pela margem*. Revista Contemporânea, vol. 4, nº 1, Salvador: Ed. UFBA, 2006b, p. 11-24.
- JORON, Philippe. *A sacralização do cotidiano na mídia*. Revista Contemporânea, vol. 1, nº 11, Salvador: Ed. UFBA, 2008a, p. 16-27.
- JORON, Philippe. *Georges Bataille e a comunicação soberana*. Revista Famecos, vol. 1, nº 35, Porto Alegre: Edipucrs, 2008b, p. 22-30.
- JORON, Philippe & LAURENS, Jean-Paul. *Imaginário, conhecimento e comunicação*. Seminário V, Porto Alegre: PUCRS, 21 a 25/09/2009.